



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012872-13.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA SGOBBI**
Requerido: **Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que tentou sem sucesso o cancelamento de contrato firmado com a ré diretamente junto à mesma, tendo então acionado o PROCON local com idêntica finalidade.

Alegou ainda que nessa esfera a ré informou que realizou o cancelamento do plano ajustado, mas ressaltou que a autora deveria pagar uma fatura que receberia para então solicitar no cancelamento por meio de seu canal de atendimento.

Como não conseguiu fazê-lo, almeja à rescisão do contrato e à declaração de inexigibilidade do débito que lhe foi cobrado.

O documento de fl. 02 – não refutado especificamente pela ré – demonstra que ela admitiu ter realizado o cancelamento do plano firmado com a autora.

Contraditoriamente, porém, fez referência à necessidade de pagamento de uma "*fatura proporcional*", após o que a autora poderia solicitar o cancelamento através da central de atendimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ora, se num primeiro momento a ré deixou claro que já procedera ao cancelamento do plano, não faria sentido que a autora depois de pagar mais uma fatura pleiteasse novamente o cancelamento que ao que consta já teria sucedido.

Como se não bastasse, a ré em momento algum esclareceu como teria apurado o valor cobrado da autora ou a origem desse suposto débito, razão pela qual ele não pode persistir.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, seja para proclamar novamente a rescisão do contrato trazido à colação (o que é de rigor para evitar que novos problemas surjam no futuro em virtude disso), seja para reconhecer a inexigibilidade da dívida em apreço.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescindido o contrato celebrado entre as partes de prestação de serviço de telefonia DDD, bem como para declarar a inexigibilidade do débito aludido a fl. 01, no importe de R\$ 10,96.

Torno definitiva a decisão de fls. 09/10.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**